



Jornal FNE Edição 116 – Jan/12

Em matéria de capa, Engenheiro traz notícia sobre importante passo a ser dado no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. A iniciativa, que desde o início de 2011 colocou foco nos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, atuará agora em parceria com o Ministério do Esporte. Objetivo é acompanhar as obras e projetos, buscando assegurar que tudo seja realizado da melhor forma possível.

Ainda sobre o mundial de futebol, o andamento da reforma do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, que deve sediar a final. Apesar dos atrasos registrados, construtoras prometem a arena pronta em 2013.

Uma discussão importante para os profissionais de engenharia aconteceu em São Paulo, em 14 de dezembro, quando foi abordada a necessidade de a formação incluir disciplinas que os tornem aptos a enfrentar os impactos dos desastres naturais.

Em entrevista, o diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, fala sobre as perspectivas para os trabalhadores em 2012. O sucesso de lutas como aquela pela redução da jornada para 40 horas semanais dependerá dos resultados da economia, mas também da manutenção da ação unitária.

Em C&T, o novo programa espacial brasileiro, que incluirá satélites e investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O péssimo resultado do PIB (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre de 2011, divulgado em dezembro, pode ter sido um banho de água fria naqueles que torcem pela manutenção da expansão econômica nacional, apesar dos desafios internos e do fantasma da crise internacional. O crescimento zero do período reduziu as expectativas para o conjunto do ano de 3,8% para 3,2%. Obviamente distante dos 6% almejados – e propostos no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” –, o patamar de incremento não deve servir ao desânimo, mas ao esforço de obter melhores resultados em 2012.

Excetuando-se aqueles que lucram com a especulação e não têm qualquer compromisso com o País, é consenso a necessidade de o Brasil crescer, não para simplesmente figurar entre as maiores nações do mundo, mas para propiciar condições de vida digna a todos os seus 200 milhões de habitantes. Atingir tal meta exige que as providências adequadas sejam tomadas.

Como objetivo central, é preciso que o Brasil derrote o rentismo. A mobilização pela queda de juros, que já conta com adesão do movimento sindical, deve agregar de forma definitiva o setor produtivo e envolver a sociedade, que na sua maioria nada tem a ganhar com o privilégio dado ao setor financeiro.

Essencial também a manutenção da política de valorização do salário mínimo, que nos últimos anos tem sido o principal instrumento de distribuição de renda, funcionando como meio de fortalecer o mercado interno, além de valioso antídoto contra a crise em 2009.

Desafio mais complexo, mas que precisa ser encarado de frente caso o objetivo seja alcançar o desenvolvimento de fato, é a implantação de uma política industrial que ajude a impulsionar a área. País de dimensões continentais, enorme população e complexa teia social, o Brasil não poderá viver decentemente da exportação de commodities. Para dar o salto que se espera, é necessário não só fortalecer o setor mais avançado da economia, como investir fortemente em ciência, tecnologia e inovação, aproveitando as vocações e recursos disponíveis.

É mais que tempo de avançarmos nos segmentos da tecnologia da informação e da biotecnologia, que são a tônica deste século XXI. É preciso que haja projetos feitos por engenheiros brasileiros e equipamentos fabricados, e não apenas montados, internamente. É essa a única maneira de se fazer real transferência de tecnologia.

Murilo Celso de Campos Pinheiro – Presidente da FNE

SINDICAL

Os profissionais da categoria têm papel fundamental para minimizar e prevenir efeitos deletérios de fenômenos naturais, como inundações e escorregamentos. É o que indicou evento que abordou o tema, realizado na sede do Seesp, na Capital paulista, em 14 de dezembro. Promovida por esse sindicato, com apoio do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), a iniciativa integrou os “Encontros de Tecnologia de Educação em Engenharia 2011”. Teve a moderação de João Sérgio Cordeiro, consultor pedagógico do Seesp, e coordenação de Roberto Leal Lobo, diretor-geral do Isitec.

Ainda entre os participantes, Murilo Pinheiro, presidente do sindicato paulista e da FNE, e Fernando Palmezan, diretor administrativo e financeiro da instituição de ensino.

Discorrendo sobre o papel da Defesa Civil na gestão de desastres, seu coordenador no Estado de São Paulo e secretário-chefe da Casa Militar, coronel da Polícia Militar Ademir Gervásio Moreira, salientou que o foco das ações dessa instituição, com o objetivo central de preservar vidas, tem sido a prevenção. Para tanto, acredita ele, a educação ambiental e a conscientização sobre a responsabilidade das prefeituras e da população, que não deve ocupar áreas de risco, são fundamentais. Nesse sentido, conforme sua preleção, têm sido direcionadas as iniciativas na gestão atual.

Caso já tenha havido a ocorrência, o atendimento primeiro cabe ao poder público municipal. Esse se dá mediante coordenadorias locais da Defesa Civil, como informou Gervásio, existentes em cerca de 111 das 645 cidades paulistas. “O Estado tem papel suplementar, no socorrismo, na assistência humanitária, como fornecimento de cobertores, cestas básicas, material de higiene.”

O especialista Pedro Caballero Campos, coordenador regional adjunto da Defesa Civil em São Paulo, exibiu um vídeo sobre um noticiário de 1993 para apontar que o cenário no geral vem se agravando, seja pela omissão ou ação inadequada dos poderes públicos, seja por falta de educação para a prevenção. Na sua concepção, essa precisa ser repensada, para que haja mudanças necessárias a conter desastres ambientais. A boa formação em engenharia – cujo papel é essencial antes, durante e depois das ocorrências – inclui-se nesse contexto. Para comprovar essa afirmação, Caballero citou casos de localidades, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas, em que houve inundações e escorregamentos dada a falta de estudos adequados ou projetos. Problemas ainda não resolvidos tempos depois.

Ele também comparou o custo da prevenção das ocorrências com aquele necessário para sanear os problemas gerados por elas. Estimativa da ONU (Organização das Nações Unidas) aponta a relação de US\$ 1,00 para

US\$ 3,00. No entanto, nos Estados Unidos, após a devastação causada pelo furacão Katrina, essa proporção atingiu US\$ 1,00 para US\$ 7,00. No Brasil, ainda mais grave, salta de US\$ 1,00 para até US\$ 25,00. “As perdas anuais no País alcançam US\$ 2 bilhões.” Assim, concluiu: “É preciso fazer investimentos. A universidade tem que ajudar a dar respostas, com pesquisa e capacitação.”

Conhecimento de hidrologia

Na ótica de Masato Kobiyama, professor-doutor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a academia tem, além disso, a função de formar engenheiros com bom conhecimento de hidrologia, o que é essencial para que contribuam à solução de desastres. Conforme ele, esses tiveram um incremento após a década de 50, dada a evolução das cidades e da interferência humana. Os principais problemas são de ordem hidrológica. Ainda de acordo com sua informação, muito embora o volume anual de chuvas venha diminuindo, as inundações têm se elevado, o que “parece estar associado ao aumento da área urbanizada”. Também têm crescido os escorregamentos, dada a invasão de encostas. Diante desse quadro, na sua análise, mais importante do que simplesmente culpar as mudanças climáticas é se efetuar o planejamento territorial e o gerenciamento das bacias hidrográficas para se minimizar essas ocorrências. Ao que “faltam especialistas, que necessitam ter ampla experiência em campo”. Geólogos e engenheiros aí se incluem, esses últimos para dar conta de medidas estruturais e não estruturais, afirmou Kobiyama. “Podem construir barragens e diques para conter o fluxo de escombros e prevenir o escorregamento rotacional, mas o mais importante é ter conhecimento sobre o mecanismo do fenômeno. A ciência tem que ser aplicada ao aproveitamento da água da chuva. Além disso, podem atuar na educação ambiental.”

Realizar o levantamento topográfico é igualmente importante. “Tem que ser feito logo após a ocorrência”, explicou. Esse trabalho serviria para conhecer os locais de transporte e deposição dos detritos decorrentes do deslizamento, “onde ocorre a maioria das mortes”. Como deixou claro o professor da UFSC, não basta identificar os pontos suscetíveis de escorregamentos, mas também qual o fluxo dos escombros. Ele citou como exemplo o caso de uma vítima soterrada que não residia em local onde houve a ocorrência, mas bem abaixo. Nesse sentido, considerou como desafio à profissão verificar até onde podem chegar os detritos. Ter entre as disciplinas em sua formação a hidrologia é crucial para a redução desses danos. “É uma das ciências mais importantes, e o engenheiro tem que entender disso e saber aplicá-la.” (Soraya Misleh)

CRESCER BRASIL

Um termo de cooperação será assinado entre o Ministério do Esporte e a FNE tendo como objetivo a atuação da entidade no acompanhamento das obras previstas para a Copa do Mundo de 2014, produzindo relatórios técnicos sobre a situação de cada projeto. O anúncio da parceria foi feito pelo ministro Aldo Rebelo, no dia 5 de dezembro, em reunião realizada na sede do Seesp, em São Paulo, com a participação do presidente da federação, Murilo Pinheiro, e de diretores do sindicato paulista.

“A FNE é uma instituição consolidada e representativa não só dos profissionais, mas da engenharia nacional. Portanto, tem capacidade, legitimidade, seriedade e conhecimento para prover o Ministério de opiniões e informações não só das obras dos 12 estádios, como também dos projetos de infraestrutura”, afirmou Rebelo. Segundo ele, os termos do documento, que definirão a forma e a abrangência da atuação da federação, serão elaborados pelo órgão federal.

Ainda de acordo com o ministro, está prevista a realização conjunta de um grande seminário, que deve acontecer no primeiro trimestre de 2012, abordando a Copa e as Olimpíadas de 2016 e seus reflexos no desenvolvimento nacional. “Esse jogos têm impactos multidisciplinares na vida dos países que os acolhem do ponto de vista da engenharia, em todas as suas áreas, e essas estão ligadas à federação”, pontuou.

Na prática, a nova tarefa intensificará a atuação da FNE, que já vem realizando debates sobre Copa do Mundo por meio do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. “As diretorias do SEESP e da federação estão empenhadas em acompanhar as obras do mundial de futebol. A meta é que os engenheiros, através de um trabalho externo, possam ajudar o Ministério do Esporte fiscalizando e dando subsídios técnicos”, ressaltou Pinheiro.

Ele lembrou ainda a importância de haver planejamento para que as obras sejam bem-sucedidas e também atinjam o objetivo de deixar um legado positivo ao País, após as competições esportivas.

Balanço geral

Durante o encontro, o ministro do Esporte falou também da situação das obras dos 12 estádios. “Todos estão em dia, um deles até um pouco adiantado, que é o caso do Castelão, no Ceará. Nele inauguramos a primeira etapa, e na área construída já estão instaladas três secretarias estaduais com mais de 600 servidores públicos trabalhando. Além disso, algumas arenas terão o calendário antecipado, conforme a previsão dos construtores e governantes”, mencionou. A exceção, conforme Rebelo, é o estádio do Internacional de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde existem divergências entre os conselheiros do clube. “De qualquer maneira, há um outro estádio sendo construído na região, que é o do Grêmio. Portanto, creio que não haverá problema, porque existe essa alternativa, caso o Inter não termine a tempo”, explicou o ministro.

Quanto aos gargalos de infraestrutura, Rebelo ressaltou a necessidade inadiável de ampliar os aeroportos em função do aumento da demanda. “É fundamental investir também nos portos, não apenas pela força da economia do Brasil que são as atividades de embarque e desembarque de mercadorias, como também pelos passageiros, já que a previsão é de muitos cruzeiros chegando para a Copa do Mundo. Além disso, as obras viárias devem ser priorizadas para melhorar a mobilidade das metrópoles”, enumerou.

Outro assunto abordado na ocasião foi o aumento da previsão dos custos dos preparativos para o evento mundial. Na visão de Rebelo, é natural que esses valores estejam num patamar mais elevado, já que os preços dos insumos utilizados sofreram reajustes entre o período de

planejamento e execução e também pela valorização da mão de obra, que teve aumentos salariais. “Esses orçamentos devem ser elaborados, discutidos e deliberados com o máximo de controle público e dos órgãos de Estado encarregados dessa função”, ponderou.

Na avaliação do ministro, não existe a hipótese de o País não estar pronto para os jogos em 2014. “Se o Brasil precisasse fazer a Copa do Mundo daqui a dois meses, com certeza faríamos. Não nas mesmas condições e com o mesmo conforto que será realizada daqui a três anos, mas faríamos. Já temos grandes estádios prontos, como o Morumbi, em São Paulo, e o Santa Cruz, em Pernambuco, que dariam conta de realizar qualquer evento internacional”, concluiu.
(Lucélia Barbosa)

Expectativa em torno do Maracanã

A exemplo do que ocorreu em 1950, quando o estádio do Maracanã sediou a final do mundial, realizado no Brasil, o local está sendo preparado para o encerramento da Copa de 2014. Além de se esperar um resultado diferente – à época, a seleção canarinho perdeu para o Uruguai –, o palco do último jogo também deve estar renovado. As obras encontram-se em andamento, e os atrasos havidos, sobretudo em função de greves de trabalhadores por melhores condições, não devem comprometer a entrega. É o que têm afirmado o Consórcio Maracanã Rio 2014 (formado pela Odebrecht Infraestrutura, Andrade Gutierrez e Delta Construção), responsável pelo empreendimento, e o governo local. Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Obras do Rio de Janeiro, o prazo de conclusão é dezembro de 2012, para apresentação à Fifa (Federação Internacional de Futebol) em fevereiro de 2013.

Conforme a informação oficial, a estimativa de investimento inicial era de aproximadamente R\$ 859 milhões, valor que “deverá ser reduzido para cerca de R\$ 775 milhões, devido à desoneração de impostos prevista no Regime Especial de Tributação para Construção e Reforma de Estádios da Copa de 2014, o chamado Recopa, criado pelo governo federal por meio da Lei nº 12.350”. Os recursos são do governo estadual, com empréstimo de R\$ 400 milhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A primeira parcela desse, correspondente a 20% do total, foi liberada em outubro último.

O projeto prevê adequação e modernização, que englobam 16 elevadores, 12 escadas rolantes, quatro rampas – além das monumentais, a serem reativadas –, 3.860 alto-falantes, 314 câmeras de segurança, 360 monitores de TV de 42 polegadas, quatro telões e 36 mil metros quadrados de área refrigerada. Além disso, ainda de acordo com a assessoria, a distância entre as cadeiras, que vão ganhar assentos retráteis, será maior, e os lugares, marcados. “Como nos estádios americanos e europeus, o torcedor ficará mais perto do campo e assistirá aos jogos em posição privilegiada, uma vez que a parte superior vai avançar 12 metros em direção ao gramado. Não haverá mais pontos cegos, e a cobertura será ampliada

(dos atuais 24.354m² para 47.350m², segundo divulgado pelo Odebrecht em blog específico sobre as obras no mundial)”. Um museu reunindo mais de mil itens do acervo do Maracanã, mais relíquias descobertas durante a reforma, como 400 plantas originais do projeto de construção do estádio, iniciada em 1948, também consta do projeto. A capacidade de público quase não será modificada. “Antes, eram 83.717 cadeiras. O estádio ficaria com 76.525, mas há perspectiva de que se chegue a 80 mil lugares, principalmente para a Copa.”

Como divulgou a Odebrecht, as quatro novas rampas de acesso já alcançaram o primeiro pavimento do Maracanã. Na sequência da retirada da cobertura, iniciou-se a execução dos blocos para receber as fundações das novas estruturas que suportarão a arquibancada. As obras seguem também com o avanço das atividades do túnel de acesso no setor norte e com a recuperação das estruturas de concreto no térreo, primeiro, segundo e quinto pavimentos. “Iniciamos também a construção dos reservatórios no sexto pavimento, ampliando a capacidade de água para atender a novas demandas do Maracanã.” No âmbito da sustentabilidade, a assessoria informou que haverá uma rede de coleta de água da chuva, a ser utilizada nas descargas dos banheiros e na irrigação do gramado, além de aquecimento solar para as duchas dos vestiários.

Infraestrutura

Além do estádio, integram as iniciativas pensadas para a Copa no Rio obras de infraestrutura. Com a atribuição de cuidar das realizações para a cidade, a Empresa Olímpica Municipal enumerou os projetos em curso e que devem estar concluídos para o mundial. São eles: a Transoeste, a Transcarioca e o Entorno do Maracanã. A primeira, uma via expressa com 56km que ligará a Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande, incluindo o túnel da Grota Funda e a duplicação da Avenida das Américas, contemplará dez bairros. “Quando estiver concluída, a Transoeste vai diminuir em 50% o tempo gasto no trajeto e beneficiará cerca de 250 mil pessoas por dia”, assegura a companhia municipal. Com investimento de R\$ 810 milhões, exclusivamente feito pela Prefeitura, está prevista para começar a funcionar ainda em 2012. Segundo a Empresa Olímpica, apenas trecho que propiciará a conexão com a linha 4 do metrô não ficará pronto a tempo, devendo ser inaugurado somente em 2015. Esse representará custo adicional de R\$ 60 milhões.

Já a Transcarioca terá 41km e ligará a Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim. A via, conforme a informação oficial, terá 39 estações e passará por 20 bairros. Reduzirá o tempo de viagem em até 60% e beneficiará 400 mil pessoas por dia. O prazo estimado para conclusão é dezembro de 2013, e a inversão será de em torno de R\$ 1,7 bilhão (R\$ 1,1 bilhão de recursos federais e R\$ 500 milhões da Prefeitura).

Além disso, a Empresa Olímpica Municipal está cuidando das obras no entorno do Maracanã, cujo investimento estimado é de cerca de R\$ 110 milhões. Tais contemplam a construção de área de lazer com ciclovias e praças, duas passarelas de pedestres e estruturas temporárias para atender a Copa, como espaço para patrocinadores e estacionamento. A companhia assegura que a preocupação com a sustentabilidade tem permeado todos esses projetos. As obras no entorno do estádio, por exemplo, “seguem os princípios da acessibilidade e priorizam

materiais de baixo impacto ambiental”. Para a Empresa Olímpica Municipal, essas ações representarão importante legado ao Rio de Janeiro. “Os jogos estão funcionando como catalisador, impulsionando e dando sentido de urgência às mudanças que vão melhorar a qualidade de vida na cidade.” (Soraya Misleh)

SINDICAL II

CE

Parceria com entidades portuguesas

O Senge-CE firmou parceria com o município português de Moura para capacitar profissionais e trocar conhecimentos e experiências, durante o Encontro de Negócios da Língua Portuguesa realizado em Fortaleza de 3 a 6 de outubro último. Assinaram o protocolo a vice-presidente da Comoiprel (Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada) e presidente do Conselho de Direção da Escola Profissional de Moura, Antónia Baião, e os presidentes da Câmara Municipal da cidade, José Maria Prazeres Pós-de-Mina, e do Senge, Thereza Neumann Santos de Freitas. Com isso, haverá intercâmbio técnico-científico entre profissionais e estudantes do Ceará e da cidade portuguesa. “Acreditamos que essa união tem tudo para dar certo e trazer grandes benefícios, devido à proposta e à oportunidade que esses profissionais terão de conhecer de perto os passos de um local com grandes avanços na área energética”, afirma Thereza Neumann. Os primeiros frutos já começaram a ser colhidos: representantes da Central Solar Fotovoltaica de Amareleja, situada no conselho de Moura, no sul de Portugal, e considerada uma das maiores do mundo, realizaram uma palestra contando o histórico da usina solar e a importância de se investir em indústrias de painéis e laboratórios de certificação. Para o administrador da Lógica-E.M., a sociedade gestora do Parque Tecnológico de Moura, Vitor Silva, “o Ceará tem o mesmo potencial, talvez até maior que outros estados, para conseguir se tornar referência em energias renováveis, principalmente tratando-se da solar, graças ao clima extremamente favorável”.

PI

Aprovado reajuste de engenheiros e arquitetos da Prefeitura

O projeto de lei que trata do reajuste salarial dos engenheiros e arquitetos foi aprovado em segunda votação na Câmara dos Vereadores em 15 de dezembro. Encaminhada ao Legislativo pela Prefeitura de Teresina (PI) três dias antes, a proposta apresentada foi resultado de sete meses de negociações. A medida contempla um acordo firmado com o Senge-PI e os profissionais das duas categorias. A matéria agora retornará ao Poder Executivo para sanção e

posterior entrada em vigor, no início de 2012. De acordo com o presidente do Senge, Antonio Florentino de Souza Filho, a aprovação do projeto ainda em 2011 é uma grande vitória. Se sua sanção se der antes do final deste ano, os profissionais da Prefeitura receberão a partir de janeiro o piso no valor de R\$ 3.600,00. Além disso, está prevista gratificação de responsabilidade técnica no valor de R\$ 300,00.

PA

Garantido PPLR da categoria

Depois de um abaixo-assinado por 92% dos engenheiros da Celpa (Centrais Elétricas do Pará S.A.) e reuniões com a empresa, no dia 7 de dezembro último foi negociada uma proposta aceitável para o PPLR 2011 (Programa de Participação nos Lucros e Resultados) pelos representantes do Senge-PA. Serão distribuídos 100% de um salário-base por engenheiro. Também foi fechado o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012, após várias rodadas de negociações e aprovação da categoria. A presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará, Eugênia von Paumgartten, destaca uma conquista em particular: a redução pela metade do desconto do tíquete-alimentação. “Foi uma vitória econômica e moral, defendida pelo Senge há anos. Com certeza, no próximo ano chegaremos a zero”, comemora.

RS

Entidade lança manifesto

Para marcar o Dia do Engenheiro e do Arquiteto, comemorado em 11 de dezembro, o Senge-RS lançou o manifesto pela defesa integral do desenvolvimento e do interesse público. Neste, reconhece o momento promissor vivido pela economia do País; destaca o volume significativo de investimentos em infraestrutura, assim como a riqueza do pré-sal e a expectativa trazida pela Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. No entanto, alerta para o risco de que esse quadro possa ser comprometido com a repetição sistemática de episódios envolvendo corrupção, superfaturamento de obras públicas e o não atendimento de demandas fundamentais como a educação, saúde, transportes e segurança. Leia o manifesto na íntegra .

MA

Assessoria jurídica aos profissionais

Já está ao alcance dos engenheiros filiados ao Senge assessoria jurídica nas áreas trabalhista, administrativa e cível. O serviço será prestado pelo Escritório de Advocacia Macieira, Nunes, Zagallo & Advogados Associados S/C, representado pelo seu sócio Gedecy Fontes de Medeiros Filho. Segundo a presidente do sindicato, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, “é uma aspiração antiga da categoria”. Além disso, afirmou ela, com o novo benefício aos associados, a entidade

cumpra um dever estabelecido no artigo 3º, inciso III, do seu estatuto. Mais informações pelo telefone (98) 3232-1208.

TO

Ciclo de palestras sobre engenharia de minas

Com apoio do Seageto, foi realizado o “1º Ciclo de palestras do curso de engenharia de minas”, do Centro Universitário Luterano de Palmas, nos dias 28 e 29 de novembro último. O objetivo foi fomentar o conhecimento entre os participantes sobre a mineração e suas derivações, além de debates e relação com o meio ambiente, a legislação de produção mineral e o aquecimento global. Compoendo a programação, o presidente do sindicato, João Alberto Rodrigues Aragão, e o seu diretor financeiro, Daybson Dias de Sousa, ministraram a palestra “Profissionais da área tecnológica e os sistemas sindical e profissional”. Ambos discorreram sobre os procedimentos administrativos, o papel e o trabalho da entidade e a importância de os estudantes participarem das atividades da instituição. Além disso, ao abordarem as leis que regem as profissões do Sistema Confea/Creas (Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), os dirigentes expuseram o Decreto nº 23.569, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas, e as leis nº 5.194 e nº 4.950-A, que regulamentam a remuneração profissional, entre outras. “É fundamental que conheçam essa legislação, pois sairão da faculdade com embasamento teórico, mas, se a desconhecem e ao Código de Ética poderão cometer erros fatais”, alerta Aragão. Dias de Sousa, que também representou o Crea-TO, falou sobre o papel do conselho, que é fiscalizar as atividades profissionais para coibir o exercício ilegal.

ENTREVISTA

Apesar da redução no ritmo de crescimento, com a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) prevista para 3,2%, em 2011 a luta dos trabalhadores registrou importantes vitórias. Entre elas, ganhos reais nas negociações coletivas e a manutenção da política de valorização do salário mínimo, elevado em janeiro a R\$ 622,73. Manter essa tendência e conquistar, por exemplo, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais dependerá dos efeitos da crise sobre o Brasil, mas também do esforço por manter a mobilização e a unidade construídas pelo movimento sindical. Quem afirma é Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), em entrevista ao Engenheiro.

Em 2012, como fica a pauta do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho?

Toda essa agenda do movimento sindical que implica custos para o setor empresarial e ganhos para os trabalhadores dependerá da conjuntura econômica. Se o Brasil estiver crescendo, teremos boas perspectivas. Mas 2011 foi excepcional para o movimento sindical porque, a despeito do crescimento da ordem de 3%, houve ganhos reais significativos. Então, de qualquer forma, a mobilização vai persistir.

O que se pode esperar da economia?

Eu acho que se a crise não tomar uma dimensão bancária, o Brasil tem condições de passar bem por essa fase. Está com as contas ajustadas, tem um salário mínimo que vai sozinho injetar na economia o equivalente a 1% do PIB em 2012. O governo tem atuado no sentido de reduzir a taxa de juros; houve desoneração de alguns setores da atividade produtiva. O Brasil tem R\$ 400 bilhões retidos no Banco Central a título de empréstimo compulsório, que podem ser liberados para estimular a economia. Há ainda as obras da Copa, o Minha casa, minha vida, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o pré-sal. Enfim, um conjunto de instrumentos e oportunidades. E beneficia-se também do chamado bônus demográfico. Nos próximos 20 anos, terá mais gente em idade produtiva que crianças e idosos.

E quanto às reivindicações que não implicam custos?

Nessa hipótese, temos boas perspectivas, como por exemplo com relação à estabilidade para o dirigente sindical. Acho que esse é um tema que deve ser priorizado. Também é possível a aprovação de uma alternativa ao fator previdenciário, já que a extinção, que já foi tentada no passado e vetada pelo então presidente Lula, não deve passar. Não há condições objetivas para a eliminação devido ao passivo que representa ao governo. A alternativa proposta pelo deputado Pepe Vargas (PT/RS), a fórmula 85/95 (que soma a idade ao tempo de serviço, respectivamente para homens e mulheres), não é de todo ruim. Permite que o trabalhador se aposente com idade baixa, submetendo-se ao fator, ou que cumpra a 85/95, o que favorece quem começou a trabalhar mais cedo. Quem completar o tempo de contribuição ficará com a tábua de aposentadoria congelada e, portanto, não terá perdas no futuro.

Qual a situação das convenções 151 e 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho)?

A Convenção 151, que trata da negociação coletiva dos servidores públicos, já foi aprovada e só falta ser regulamentada. A 158, que proíbe a demissão imotivada, foi apreciada em duas comissões com pareceres contrários, mas está na terceira, de Constituição e Justiça, na qual recebeu parecer favorável que ainda será votado. Mas o setor empresarial vai resistir muito porque tem verdadeiro pavor de não poder demitir. Como se trata de lei ordinária e é uma iniciativa do governo, há condições de aprovar em plenário.

Pode haver mudanças na organização sindical?

Há um problema que precisa ser superado, que é a questão do financiamento. Hoje, existe a contribuição associativa, decorrente da filiação, a sindical, pela lei, e há outras que são cobradas por ocasião da negociação coletiva. Essas últimas têm sido questionadas pelo Ministério Público quando cobradas de todos os representados, e não apenas dos associados. É preciso disciplinar essa matéria e existe um projeto de lei tratando desse assunto no Congresso, que institui a contribuição negocial. Embora haja divergências, pode prosperar. Já outros temas, como a Convenção 87 da OIT, que fala da autonomia sindical e está no Senado em condições de ser votada com parecer favorável, eu não acredito que evoluam. Igualmente a PEC 369, que trata da reforma sindical e tem resistência praticamente de todas as centrais no formato em que foi apresentada e também do setor empresarial.

A unidade do movimento sindical será mantida?

Passamos por uma experiência muito interessante durante o Governo Lula e neste primeiro ano de Dilma que foi a unidade dentro da diversidade. Cada central com um ponto de vista, mas com uma agenda comum de interesse dos trabalhadores. A substituição no Ministério do Trabalho criou arestas que podem prejudicar essa coesão. Será preciso superar essas disputas para que as conquistas permaneçam em 2012.

Vários ministros foram demitidos em 2011. Essa situação pode acarretar uma crise de governabilidade?

O financiamento privado de campanhas eleitorais leva a uma série de problemas na busca de recursos. Muitas vezes tomam-se certas atitudes condenáveis do ponto de vista ético. No entanto, não creio que seja um assunto que se projetará no tempo. Os ministros que foram e serão substituídos na reforma prevista para este mês de janeiro não virão com o mesmo passivo. A presidente vai certamente fazer uma entrevista prévia para evitar que aqueles que possam vir a ser questionados sejam nomeados. Não acho que vá ter crise por isso. O governo aprovou a Lei Geral de Acesso à Informação, que foi importante para a transparência. E está pressionando o Congresso para aprovar a Lei do Conflito de Interesse, que impede qualquer agente público de ter relação com o setor privado em bases comerciais, e uma outra que punirá a corrupção de pessoa jurídica, ou seja o corruptor. Está havendo um amadurecimento, e a pressão da sociedade ajuda a superar essa fase de denunciamento. (Rita Casaro)

Estimular a produção nacional de satélites de comunicações, de observação espacial e de meteorologia e o domínio de tecnologias é a principal meta da nova política espacial brasileira desenvolvida pelo MCT (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e pela AEB (Agência Espacial Brasileira).

O plano prevê um conjunto de projetos, política industrial com a participação de grandes empresas integradoras, reorganização institucional, um programa agressivo de domínio tecnológico e formação de pessoal. “O principal objetivo é atender as demandas nacionais mais urgentes em termos de comunicações, observação da Terra, meteorologia e ciências dentro dos prazos e custos previstos. E ao mesmo tempo fortalecer o setor industrial para que o País possa ganhar maior autonomia tecnológica”, explica Himilcon de Castro Carvalho, diretor de políticas espaciais e investimentos estratégicos da AEB.

Segundo ele, a proposta do novo programa espacial está sendo validada junto aos órgãos participantes, como o Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais) e o DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), indústria e academia e também no Congresso Nacional. “Após essa validação que deve ocorrer em breve, o plano será apresentado ao MCT, ao qual a AEB é vinculada, para aprovação final”, detalha.

O programa pretende incluir ainda a criação do Conselho Nacional de Política Espacial. “Trata-se de uma proposta a ser analisada pelo governo. Esse conselho seria comandado pela Presidência da República e contaria com a participação de diversos ministérios, secretarias e representantes da academia e da indústria para definir as prioridades, demandas e prazos, e a AEB seria seu braço executivo, sendo responsável pela implementação da política espacial”, relata Carvalho.

Outra expectativa é que a nova política elimine o principal gargalo da indústria espacial brasileira, que é a falta de dinamismo em termos de contratos. “Espera-se que o programa, com seus projetos aumente a participação industrial que, hoje, restringe-se a aproximadamente 25% do seu orçamento total”, cita.

Florestas e banda larga

De acordo com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, os investimentos nessa nova etapa do programa espacial somarão cerca de R\$ 1 bilhão. Ainda segundo sua afirmação, existem várias iniciativas na área de satélites. Entre eles, o Cbers-3 (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), em parceria com a China e que será lançado em novembro de 2012. “Estamos com 30 técnicos do Inpe na China que trabalham três turnos por dia para concluir o processo. É um satélite de observação terrestre com uma tecnologia bastante avançada para o monitoramento das florestas, desmatamento, recursos hídricos, áreas agrícolas, entre outras aplicações”, detalha o ministro.

Outro projeto previsto é a contratação de um satélite geoestacionário, juntamente com os ministérios das Comunicações e da Defesa e a Telebrás, para atender as demandas de comunicação das Forças Armadas e do PNBL (Plano Nacional de Banda Larga). “Esse veículo será voltado principalmente à área de telecomunicações e será lançado em julho de 2014. A novidade é que estamos trazendo o setor privado para participar de todo o programa espacial, e nesse projeto, a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) será a integradora do veículo, trazendo a indústria aeronáutica para a área espacial, mas sempre sob gestão do Estado”, explica Mercadante.

O novo plano contempla ainda o desenvolvimento do satélite Ibas, em parceria com a África do Sul e a Índia. Com lançamento previsto para 2013, o veículo espacial será utilizado para pesquisas das anomalias magnéticas do Atlântico Sul. “Esses são os três satélites mais importantes nos quais estamos trabalhando no momento. Na área de foguetes, temos o Cyclone-4, em parceria com a Ucrânia e que deve ser lançado também em 2013. Além disso, vamos terminar a base do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, que é a melhor do mundo, e dar continuidade a outros projetos, como o VLS (Veículo Lançador de Satélites)”, menciona o ministro. (Lucélia Barbosa)